

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ - PR

Artigo 37 da Constituição Federal/ Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal/
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016/Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 10 de maio de 2019

05 Páginas / Ano 3 / Edição nº 183



LEIS

LEI nº. 2777/2019

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a instalar, nas praças e parques municipais, equipamentos especialmente desenvolvidos para lazer e recreação de crianças portadoras de necessidades especiais e das outras prividecias.

AUTORIA: Vereador Adilson Rodrigo Milek

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instalar nas praças e parques municipais equipamentos especialmente desenvolvidos para o lazer e a recreação de crianças portadoras de necessidades especiais, especialmente "cadeirantes", visando a sua integração com outras crianças.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta Lei, considera-se criança "cadeirante", aquela que, em razão de necessidade especial, necessite fazer uso de cadeira de rodas.

Art. 2º. Na instalação dos equipamentos referidos no artigo 1º, o Poder Executivo priorizará as praças e os parques que possibilitem o acesso e atendimento do maior número de crianças "cadeirantes".

Art. 3º. Observando o disposto no artigo 2º, os equipamentos serão instalados gradativamente nas praças e nos parques, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município.

Parágrafo Único. Os aparelhos e os equipamentos mencionados na presente Lei deverão ser sinalizados com placas indicativas e contar com acesso adequado para crianças "cadeirantes".

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal poderá buscar parcerias junto ao setor privado para aquisição dos equipamentos para a implantação dos parques inclusivos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 07 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2778/2019

EMENTA: Dispõe sobre acessibilidade em prédios de Laboratórios de Análises Clínicas no âmbito do município de Jaguaraiá/PR, e dá outras providências.

AUTORIA: Vereador Dival da Silva Melo

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Os laboratórios de análises clínicas, no município de Jaguaraiá, Estado do Paraná, deverão respeitar as normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e ainda aquilo que o interesse público assim o exigir, tanto na construção quanto em adequação posterior nos prédios de seus estabelecimentos, visando atender em especial às pessoas idosas e/ou portadores de deficiência física, no âmbito deste município.

§1º. Entende-se por pessoa idosa aquela com sessenta e cinco anos de idade ou mais.

§2º. Entende-se por pessoa portadora de deficiência física, aquela que possui dificuldade de locomoção.

Art. 2º. Exige-se que nenhuma obra ou serviço que requeiram mobilidade sejam planejados, implantados ou construídos, sem o atendimento das mínimas condições técnicas de acessibilidade estabelecidas pela Convenção da ONU, pela Lei Nacional nº 13.146/2015, pelo Decreto nº 5.296/2004 e pelas Normas Brasileiras de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 3º. O Poder Executivo garantirá que todo Alvará, Habite-se, aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, bem como a execução de qualquer tipo de obra, com destinação pública ou coletiva, e ainda, a outorga de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza, só tenham liberação se atenderem aos itens de acessibilidade determinados pela Convenção da ONU, da Lei Nacional nº 13.146/2015, do Decreto Federal nº 5.296/2004, assim como se respeitarem as normas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e ainda aquilo que o interesse público assim o exigir.

Art. 4º. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existente, devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.

§1º. Deverá ser criada, por Decreto, uma Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), composta por engenheiros e arquitetos, preferencialmente com conhecimento em acessibilidade, de Secretarias Municipais e da Sociedade Civil, de caráter consultivo e deliberativo, para estruturar o trabalho de vistorias, análise de projetos e coordenação das ações integradas relacionadas à acessibilidade arquitetônica nas diversas Secretarias da Administração Municipal.

§2º. Para os fins do disposto no caput deste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados, destinados ao uso coletivo, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I. nas áreas externas ou internas das edificações, destinadas à garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II. a calçada, e no mínimo um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

III. no mínimo um dos acessos que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei.

IV. nas construções, reformas e ampliações de edifícios de uso público e coletivo deverão dispor de banheiros acessíveis, em todos os pavimentos.

Art. 5º. As edificações e instalações sejam planejadas, projetadas, construídas ou adaptadas e mobiladas, atendendo as normas de acessibilidade vigentes, ou seja, com:

a) vagas de estacionamento para veículos conduzidos ou que conduzam pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

b) rotas acessíveis interligando todas as áreas da edificação; sanitário adaptado e com instalações complementares contendo ducha higiênica e bancada retilínea para troca de fraldas na sala de espera e junto a cada conjunto de instalações sanitárias e com entrada independente das demais, balcão com área rebaixada para atendimento de pessoas em cadeira de rodas e de baixa estatura.

Art. 6º. Haja formação continuada de profissionais que atuam no atendimento, buscando mantê-los atualizados sobre as deficiências e suas especificidades, garantindo que o seu auxílio não cause constrangimentos ao atendido e ao usuário.

Art. 7º. Os laboratórios deverão afixar cópia desta Lei nas salas de atendimento, de espera, de consulta, proporcionando, desta forma, amplo conhecimento e fácil visibilidade aos usuários.

Art. 8º. Os laboratórios terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação desta Lei, para se adequarem.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 07 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 325/2019

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2661/2017, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 00042/2019,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, do cargo em provimento comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS**, nomeada que fora através do Decreto nº. 661/2017, a Senhora **PRISCILA ANGELO DA LUZ DE MELO**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.929-9 SESP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX.129-59.

Artigo 2º. NOMEIA, para o cargo em provimento comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, CONTENCIOSO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**, a senhora **PRISCILA ANGELO DA LUZ DE MELO**, brasileira, casada, servidora com cargo em provimento efetivo de Escriturário II, Bacharel em Direito, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.929-9 SESP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX.129-59, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Doutor Xavier da Silva, 252 - Bairro: Cidade Alta, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo nos termos do Anexo II da Lei Municipal nº. 2661/2017.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO nº. 326/2019

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2661/2017, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 00042/2019,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, do cargo em provimento comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E IMPRENSA**, nomeada que fora através do Decreto nº. 184/2018, a Senhora **LIADIANE APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.140-3 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.529-07.

Artigo 2º. NOMEIA, para o cargo em provimento comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS**, a senhora **LIADIANE APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA**, brasileira, solteira, Técnica em Administração, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.140-3 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.529-07, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua das Begônias, 92 - Bairro: Samambaia, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo nos termos do Anexo II da Lei Municipal nº. 2661/2017.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

NARA GISELLE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

DECRETO nº. 327/2019

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº. 2661/2017,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA, para o cargo em provimento comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E IMPRENSA**, a senhora **VANESSA MARIA LOPES MACELLARO GRACIANO** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.581-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.789-31, residente e domiciliada a cidade de Wenceslau Braz, à Rua Julio Farah, 261 - Bairro: Vila Velha, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo nos termos do Anexo II da Lei Municipal nº. 2661/2017.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

JOSÉ AMILTON ROMÃO
Secretário Municipal de Comunicação Social

DECRETO nº. 328/2019

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº. 05051/2019, do cargo em provimento efetivo de **EDUCADOR INFANTIL**, nomeada que fora através do Decreto nº. 121/2019, a Senhora **ROSANE DE FÁTIMA DE AVILLA**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.854-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX.559-87.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 03 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

ALCIONE LEMOS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

DECRETO nº. 329/2019

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº. 05097/2019, do cargo em provimento efetivo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, nomeada que fora através do Decreto nº. 142/2017, a Senhora **ELIANE DAS BROTAS PEIXOTO HALAT**, R.G. nº. XXXX.367-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.419-80.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO nº. 330/2019

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal nº. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal nº. 1922/2009 e seus anexos,

DECRETA

Artigo 1º. Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2016, classificada em 17º lugar, a Senhora **DAYANE DO PRADO**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.346-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX.179-22, para o cargo de provimento efetivo de **ENFERMEIRO**, Nível I do quadro de pessoal da administração, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.



Artigo 2º. A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 5º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO n.º. 331/2019

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 345.512,87** (trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e doze reais e oitenta e sete centavos).

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº. 4.320/64 e Lei Municipal nº. 2750 de 20 de dezembro de 2018,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiava, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 345.512,87** (trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e doze reais e oitenta e sete centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS		
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.066 Manutenção dos Serviços Adm. do Fundo Munic. de Saúde		
4.4.90.52.00.00.00.00 (3518) Equipamento e Material Permanente	250.000,00	
2.0868 Manutenção da Unidade Básicas de Saúde		
4.4.90.52.00.00.00.00 (3334) Equipamentos e Material Permanente	78.760,14	
Total da Suplementação:	328.760,14	

14 REC SOB A SUPER DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN		
0.006 Pagamento de Indenizações e Restituições		
3.3.90.93.00.00.00.00 (3715) Indenização e Restituição	16.752,73	
Total da Suplementação:	16.752,73	
Total Geral da Suplementação:	345.512,87	

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos:

I - Oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2018:

Fonte	Descrição	Valor
0518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	250.000,00
0334	APSUS - Programa de Atenção Primária à Saúde	78.760,14
0715	Convênio Pavimentação Rua Leandro Machado	16.752,73

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2660, de 28 de julho de 2017 (PPA 2018 - 2021).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 07 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

NARA GISELLE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

DECRETO n.º. 332/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município e art. 85, §§1º e 2º, I, da Lei Municipal nº. 2155/2010,

RESOLVE

Artigo 1º. **CONCEDER**, a pedido, Licença Remunerada, pelo período de 05 (cinco) dias, com base na solicitação sob Protocolo Geral nº. 04541/2019, à senhora **BRUNA PAULUK RAMOS**, servidora com cargo em provimento efetivo de **Técnico em Enfermagem**, matriculada sob nº. 5.738, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX-304-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX-739-74.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos à data de 15 de abril de 2019.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO n.º. 333/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município e art. 85, §§1º e 2º, I, da Lei Municipal nº. 2155/2010,

RESOLVE

Artigo 1º. **CONCEDER**, a pedido, Licença Remunerada, pelo período de 30 (trinta) dias, com base na solicitação sob Protocolo Geral nº. 04549/2019, ao senhor **GERALDO MAGELA DE AGUIAR**, servidor com cargo em provimento efetivo de **Pintor de Obras**, matriculado sob nº. 246, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX-296 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXXXXX-378-34.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos à data de 20 de abril de 2019.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

SÉRGIO CRUZ
Secretário Municipal de Infraestrutura e Habitação

DECRETO n.º. 334/2019

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso IX, X e XI da Lei Orgânica Municipal, e, ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 04776/2019, e,

Considerando a Diretriz nº. 12 do Plano Estadual de Saúde - 2012/2015, que define a implantação do Programa Estadual de Qualificação da Vigilância em Saúde - VIGIASUS;

DECRETA

Artigo 1º. Ficam credenciados para atuar como Agente Municipal nas ações de Vigilância em Saúde (Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador), com prerrogativas concernentes à fiscalização, orientação e autuação de infrações cometidas contra a legislação vigente, os seguintes servidores:

o **AMÁLIA CRISTINA ALVES**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX-897-5 SESP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 808.531.961-68;

o **JOSIMARA MARIA DINIZ MOREIRA E OLIVEIRA**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX-850-6 SESP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX-838-73;

o **ANTÔNIO SCHIMANSKI FILHO**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão Sanitária - SEMUS, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX-382 SESP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. XXXXXX-699-04;

o **NATANA JUNQUEIRA LEAL COSTA PELÁ**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro - VISA/SVE, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX-597-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX-099-19;

o **GISELE MARINS**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXXX-753-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX-339-65;

o **CARINE FRANCIELE DE LIMA PEDROTTI**, brasileira, viúva, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX-407-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX-369-47;

o **LUIZ CARLOS VEICA BARBOSA**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX-147-9 SESP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. XXXXXX-399-68;

o **NAJLA PAPA TEIXEIRA MARINHO DE BARROS**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Médica Veterinária, CRMV nº. 3277-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX-473-6 SESP-PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXXXXX-699-00.

Artigo 2º. Ficam revogados os Decretos nºs. 185/2017, 583/2017, 120/2018 e 272/2018.

Artigo 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO n.º. 335/2019

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de EUGÊNIO MICHALOWSKI NETO e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 012/2019, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por Eugênio Michalowski Neto, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, sob matrícula nº. 3.459, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 00881/2019.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO n.º. 336/2019

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação do Processo Administrativo Disciplinar em face de ROSMERI LOYOLA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 012/2019, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por ROSMERI LOYOLA, servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Educadora Infantil, sob matrícula nº. 5.429, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 02298/2019.

Art. 2º. Manutenho, como medida cautelar e a fim de apurar a ocorrência do fato cometido, bem como tendo em vista o local de lotação, o afastamento da servidora ROSMERI LOYOLA, pelo período de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, sem que haja prejuízo em seus vencimentos, nos termos do art. 152 da Lei Municipal nº. 2.155/2010.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de maio de 2019.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município



PROCURADORIA GERAL


EXTRATO. REPUBLICADA. DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2019. OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas e serviço de hospedagem, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, com relação à viagem a ser realizada pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal à cidade de Brasília, para participar do evento "XXII Marcha em Defesa dos Municípios, Homologação 01/04/2019. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173. CONTRATADO: ECOLOGICATUR AGENCIA DE VIAGENS S/S LTDA, Valor Global Contratual: R\$ 4.524,92 (quatro mil quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos), Vigência: 90 dias, Assinatura: 01/04/2019.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL 41/2019. OBJETO: Show Pirotécnico para o ano de 2019, HOMOLOGAÇÃO 15/04/2019, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 227/2019, CONTRATADO: CESAR AUGUSTO R MASCARENHAS ME, CNPJ Nº 82.042.151/0001-77, Valor Global Contratual: R\$29.000,00 (vinte e nove mil reais), Vigência: 12 meses, Assinatura: 6 de maio de 2019.

EXTRATO. 2 TERMO ADITIVO, TOMADA DE PREÇOS 024/2019, Prorrogação contratual a partir de seu vencimento até 18 de junho de 2019, CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 541/2017, Contratado: SANTEX GLOBAL COMÉRCIO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 13.516.914/0001-51.

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2019. OBJETO: Revisão básica de 10.000 km dos Micros-Onibus Valare V8L 4x4, Placa: BCY-2B86; BCY-2B84; BCY-3D36, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2019, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 208/2019, CONTRATADO: RODO SERVICE LTDA, CNPJ Nº 00.688.075/0002-98, Valor Global Contratual: R\$5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais), Assinatura: 07 de maio de 2019.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 8/2019. OBJETO: Contratação de serviço de publicação oficial de avisos de licitação junto ao Diário Oficial do Estado para o ano de 2019. HOMOLOGAÇÃO: 03/04/2019, CONTRATO ADMINISTRATIVO 229/2019, CONTRATADO: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, CNPJ Nº 76.437.383/0001-21, Valor Global Contratual: R\$60.000,00 (sessenta mil reais), Vigência: 12 meses, Assinatura: 08/05/2019.



Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaraiava

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguaraiava/PR- Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016/ Regulamentado pelo Decreto 452/2016,

Cintia Kappke Medeiros - MTB, nº 3621 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br



EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL 40/2019. OBJETO: Contratação da empresa para fornecimento de artefatos de concreto para exercício de 2019 da SMH. HOMOLOGAÇÃO: 11/04/2019.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2019. CONTRATADO: BAKK ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - ME. CNPJ Nº 06.226.883/0001-39. Valor Global Contratual: R\$328.202,00(trezentos e vinte e oito mil duzentos e dois reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 30 de abril de 2019.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2019. CONTRATADO: CONCREALFA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO ERELL CNPJ Nº 12.224.074/0001-90. Valor Global Contratual: R\$8.537,00(um mil quinhentos e trinta e sete reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 30 de abril de 2019.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2019. CONTRATADO: J TURECK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. CNPJ Nº 00.794.451/0001-48. Valor Global Contratual: R\$31.890,00(trinta e um mil oitocentos e noventa reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 30 de abril de 2019.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 224/2019. CONTRATADO: PAULO LOPES PEREIRA & CIA LTDA - EPP. CNPJ Nº 84.923.994/0001-08. Valor Global Contratual: R\$91.895,00(noventa e um mil oitocentos e noventa e cinco reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 30 de abril de 2019.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 225/2019. CONTRATADO: TECNOTUBOS TECNOLOGIA EM TUBOS DE CONCRETO LTDA. CNPJ Nº 06.885.679/0001-20. Valor Global Contratual: R\$24.050,00(vinte e quatro mil cinquenta centavos). Vigência: 12 meses. Assinatura: 30 de abril de 2019.

EXTRATO. 1º TERMO ADITIVO. TOMADA DE PREÇOS 03/2017. Prorroga-se o prazo contratual com efeitos a partir de seu vencimento até 05 de junho de 2019. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 284/2018. CONTRATADO: ARENA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. CNPJ Nº 02.879.936/0001-60.

EXTRATO. REPUBLICADO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2019. OBJETO: aquisição de medicamentos manipulados para atender à farmácia básica da Secretaria Municipal de Saúde e os consultórios odontológicos nas unidades básicas de saúde. HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2019. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 201/2019. CONTRATADO: A S R MANIPULAÇÕES FARMACÊUTICA LTDA EPP. CNPJ Nº 01.179.030/0001-68. Valor Global Contratual: R\$5.602,97(cinco mil seiscientos e dois reais e noventa e sete centavos). Vigência: 31 de dezembro de 2019. Assinatura: 17 de abril de 2019.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 3º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$9.000,00(nove mil reais). CONTRATO ADMINISTRATIVO 141/2017. CREDENCIADO: PAULO EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO. CPF XXX.XXX.537-04.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 4º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$60.609,60(sessenta e nove mil seiscientos e nove reais e sessenta centavos). CONTRATO ADMINISTRATIVO 144/2017. CREDENCIADO: CLÍNICA MÉDICA DR CARLOS SEABRA S/S. CNPJ Nº 13.150.996/0001-63.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 3º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$33.733,35(trinta e três mil setecentos e trinta e três reais e cinco centavos). CONTRATO ADMINISTRATIVO 146/2017. CREDENCIADO: A M SEXTARO – SERVIÇOS ME. CNPJ 20.342.538/0001-91

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 4º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$73.543,12(setenta e três mil quinhentos e quarenta e três reais e doze centavos). CONTRATO ADMINISTRATIVO 147/2017. CREDENCIADO: ALEXANDER PINHEIRO PIEROLA & CIA S/S LTDA. CNPJ 17.986.461/0001-88.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 3º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$100.308,15(cent mil trezentos e oito reais e quinze centavos) CONTRATO ADMINISTRATIVO 148/2017. CREDENCIADO: EMPRESA DASE CLÍNICA MÉDICA E DIAGNÓSTICO LTDA ME. CNPJ 04.788.524/0001-40.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 4º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$71.900,00(setenta e um mil e novecentos reais). CONTRATO ADMINISTRATIVO 149/2017. CREDENCIADO: EMPRESA BRASMED S/S LTDA ME. CNPJ Nº 12.290.621/0001-36.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 3º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$28.791,00(vinte e oito mil setecentos e noventa e um reais). CONTRATO ADMINISTRATIVO 150/2017. CREDENCIADO: EMPRESA PONTES & NISGOSKI S/S LTDA ME. CNPJ Nº 10.641.683/0001-10.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 4º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$54.974,97(cinquenta e quatro mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos). CONTRATO ADMINISTRATIVO 152/2017. CREDENCIADO: EMPRESA MERATON CLÍNICA MÉDICA LTDA ME. CNPJ Nº 21.161.079/0001-02.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 3º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$40.667,04(quarenta mil seiscientos e sessenta e sete reais e quatro centavos). CONTRATO ADMINISTRATIVO 152/2017. CREDENCIADO: EMPRESA MERATON CLÍNICA MÉDICA LTDA ME. CNPJ Nº 21.161.079/0001-02.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2017. 3º TERMO ADITIVO. Em conformidade com o Protocolo Geral 3871/2019, prorroga-se o prazo contratual pelo período de 45 dias a partir de seu vencimento, ou seja, 18 de abril de 2019 até 2 de junho de 2019, cujo valor global credencial estimado é de R\$18.887,60(dezoito mil oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos). CONTRATO ADMINISTRATIVO 155/2017. CREDENCIADO: EMPRESA FRANCO E SARGI ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA. CNPJ Nº 12.391.725/0001-37.

03/05/2019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ

PR - DE/TCE-PR - Diário Eletrônico - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

ATOS DE RELATORIA
Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

03/05/2019-PROCESSO Nº: 827879/15 ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ INTERESSADO: CARLOS PEREZ GOMEZ, DINARTE DA COSTA PASSOS, ODILIA DA SILVA PEREIRA, OSVALDO ALVES MEDEIROS, OTÉLIO RENATO BARONI (FALECIDO(A) EM 2013), **TANIA MARISTELA MUNHOZ** ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 36/19 EMENTA: Aposentadoria de servidor municipal. Legalidade e registro. O Relator Artágão de Mattos Leão, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE em: I, determinar o registro do Decreto nº 123/2012, publicado no periódico Semanário Oficial do Município de Jaguariá, em 02/03/2012, referente à Aposentadoria Municipal de ODILIA DA SILVA PEREIRA no cargo de Zeladora, na modalidade voluntária, com fundamento no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, com 31 anos, 9 meses e 1 dia de contribuição, no valor mensal de R\$ 638,22 (seiscentos e trinta e oito reais, vinte e dois centavos), garantida a percepção do salário mínimo vigente, tendo em vista os Pareceres da Coordenadoria de Gestão Municipal nº 2.139/18 (peça 51) e do Ministério Público junto ao Tribunal nº 980/18 (peça 52), favoráveis ao registro do Ato; 2, determinar, após a publicação e o trânsito em julgado da decisão, o encerramento do processo e o arquivo dos autos junto à Diretoria de Protocolo. É a decisão. GACML, em 24 de abril de 2019. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO Conselheiro Relator

[CofGrafen: 112073399]

PR - DE/TCE-PR - Diário Eletrônico - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

ATOS DE RELATORIA
Conselheiro IVAN LELISBONILHA

03/05/2019-PROCESSO Nº: 788113/15 ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ INTERESSADO: CARLOS PEREZ GOMEZ, DINARTE DA COSTA PASSOS, INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ, MARLENE ALVES DE MORAES CARNEIRO, OSVALDO ALVES MEDEIROS, OTÉLIO RENATO BARONI (FALECIDO(A) EM 2013), **TANIA MARISTELA MUNHOZ** PROCURADOR/ADVOGADO: DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 33/19 Ato de pessoal. Aposentadoria, Municipal, Legalidade e registro. Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, DECIDO julgar legal e determinar o registro do ato de aposentadoria da Sra. MARLENE ALVES DE MORAES CARNEIRO, ocupante do cargo de professora "classe C", do INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ, benefício concedido por meio do Decreto n.º 385/2017 (peças 34/35), publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguariá - PR n.º 020 de 31/03/2017, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno. Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, para realização do respectivo registro (Regimento, 175-H, V[2]). No mérito, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo. Publique-se. Curitiba, 30 de abril de 2019. IVAN LELIS BONILHA Conselheiro Relator 1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...) II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato. 2. Art. 175-H. Compete à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão: (Incluído pela Resolução nº 64/2018) (...) V. promover o registro de todos os atos de pessoal, inclusive daqueles cuja análise tenha sido processualizada, preferencialmente de forma automática; (Incluído pela Resolução nº 64/2018)

[CofGrafen: 112073386]

PR - DE/TCE-PR - Diário Eletrônico - Tribunal de Contas do Estado do Paraná

ATOS DE RELATORIA
Auditor SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA

03/05/2019-PROCESSO Nº: 273130/15 ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS IPASPMJ INTERESSADO: ADEAVANZIR PRESTES DE OLIVEIRA RELATOR: SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA DECISÃO MONOCRÁTICA Nº: 20/19 EMENTA. Concessão. Aposentadoria. Manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público pela legalidade e registro. Decisão monocrática nos termos dos artigos 300 e 428, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Legalidade e registro. RELATÓRIO E DECISÃO Trata-se da aposentadoria do senhor ADEAVANZIR PRESTES DE OLIVEIRA, Motorista do **MUNICÍPIO DE JAGUARIÁ**. Nos termos da declaração apresentada à peça 8, o servidor não recebe outra aposentadoria de regime próprio ou de regime geral de previdência social proveniente de emprego público, nem acumula outro cargo, emprego ou função pública. Acompanha as manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal (peça n.º 82) e do Ministério Público de Contas (peça n.º 83) para, nos termos do artigo 71, inciso III, da Constituição da República, do artigo 75, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, artigo 1º, inciso IV, da Lei Complementar do Estado do Paraná n.º 113/2005 e artigos 300 e 428, II, do Regimento Interno deste Tribunal, considerar legal e determinar o registro da presente concessão. Autorizo, desde logo, o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para que proceda ao encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, §1º, do Regimento Interno. Curitiba, 17 de abril de 2019. SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA Relator

[CofGrafen: 112073415]

EXTRATO JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar
Autos nº 15330/2018
Investigada: Ana Bernadete da Silva

1. RELATÓRIO. Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado pelo decreto nº 022/2019 para apurar fatos e responsabilidade da servidora **Ana Bernadete da Silva** ocupante do cargo em provimento efetivo de auxiliar de farmácia, matrícula 3.223, o qual, segundo consta no protocolo nº 15330/2018, na data de 13/12/2018 que informou que a servidora não tem comprometimento com o trabalho, além de chegar atrasada, falta ao trabalho sem a prévia comunicação ao seu superior hierárquico.

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 012/2019 para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva de duas testemunhas e o interrogatório da investigada; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela responsabilização da investigada pela infração do art. 121, inciso X, da lei municipal 2155/10; por fim, a Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável à Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela procedência do processo e pela aplicação de pena de suspensão de 07 (sete) dias, conforme previsão do art. 135 da lei municipal 2155/10.

É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

Abstrai-se dos autos, em síntese, que a investigada pelo fato de faltar sem avisar sobrecompareu às demais servadoras do órgão público e prejudicou o andamento regular dos trabalhos na repartição.

O processo mereceu cuidadosa análise, pois é dever da servidora ser assídua e pontual ao serviço.

Na instrução probatória foi realizada a oitiva da investigada e de duas testemunhas, segue abaixo uma síntese dos depoimentos (...)

Após as oitivas, a Comissão Processante entendeu pela necessidade de iniciar a investigada, nos termos do art. 121, X da lei municipal 2155/10, fls. 34/37. A investigada apresentou defesa no prazo concedido.

Na defesa, fls. 47/55, a investigada afirmou que suas faltas foram justificadas, bem como seus atrasados estariam relacionados a problemas de saúde. E que as advertências recebidas pela investida no tocante às faltas e atrasos, deveriam ser desconhecidas, eis que não precedidas de análise pela Comissão Administrativa Disciplinar, portanto, não tendo o contraditório e ampla defesa.

Diante do exposto acima, é necessário tecermos considerações com escopo no deslinde da causa.

Em que pese o alegado pela defesa, podemos afirmar categoricamente que houve o cometimento do ato faltoso, já que as provas carreadas nos autos não deixam dúvidas.

As provas documentais lançadas nos autos que deram início ao processo, somadas aos testemunhos, complementam-se, sendo que os registros de ponto eletrônicos demonstram claramente que a investigada além de ter faltas sem justificativas, chega atrasada ao serviço público com atrasos superiores a uma hora, desta feita, bem analisou a questão a Outra Procuradoria Geral, a qual fez um paralelo dos depoimentos, que somados, concluem indubitavelmente pela conduta reprovável da servidora. Ousamos citá-la: (...).

Deste modo, colocando-se numa linha do tempo, cada depoimento preencheu o espaço temporal dos fatos ocorridos e notificados no protocolo do dia 13 de Dezembro de 2018, sendo que todos relataram com minúcias sobre as atitudes da investigada incompatíveis com o serviço público.

A defesa da investigada não trouxe qualquer prova contrária a afirmação das testemunhas sobre as atitudes da servidora em chegar atrasada habitualmente ao trabalho, bem como de faltar sem justificativa e comunicação prévia ao seu superior imediato. Limitando-se a negar os fatos, sem ao menos embasá-los em provas plausíveis.

Não se pode furta-se de punir a atitude reprovável da servidora, por faltas sem justificativas e comunicação prévia ao seu superior, bem como de atrasos habituais no ingresso ao serviço, causando prejuízos à imagem da Administração Pública, uma vez que sua atitude além de atrapalhar o regular andamento dos trabalhos na repartição, desmoraliza a Administração Pública.

Diante do que foi exposto, conduzo pela responsabilização da investigada, o qual infringiu o disposto no art. 121, X- ser assíduo e pontual ao serviço da Lei Municipal nº 2.155/10.

Gize-se, que a investigada não possui infração disciplinar.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual julgo procedente o presente processo administrativo disciplinar, e condeno a servidora **ANA BERNARDETE DA SILVA**, a pena de suspensão de 07 (sete) dias, sem pagamento dos vencimentos e sem contagem do tempo de suspensão como tempo de serviço, para qualquer efeito.

Que sejam as advertências por faltas e excesso de atrasos, retiradas da ficha funcional da servidora, eis que não precedidas de processo administrativo disciplinar.

A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumprase.
Jaguariá-Pr, 12 de Abril de 2019.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO



SEFIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2019
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO
REIFICAÇÃO

ONDE SE LÊ: OBJETO: Credenciamento de empresa e profissionais médicos (pessoa jurídica e/ou pessoa física/profissionais liberais), para atender a demanda do Hospital Carolina Lupion e da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

LEIA-SE: OBJETO: Credenciamento de empresa e profissionais médicos pessoa jurídica, para atender a demanda do Hospital Carolina Lupion e da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser adquirido através do e-mail: comprasjag@gmail.com. Maiores informações no Departamento de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9455: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Jaguariá, 10 de maio de 2019.

MAURICIO FERNANDES
PRESIDENTE COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL



CONSELHOS



COMHAB JAGUARAIÁ, PR.

ATA Nº 001/2019

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas, na sala de reuniões dos conselhos na Escola Dona Isabel Branco, com a presença do número legal de conselheiros, o Conselho Municipal de Habitação foi convocado para deliberar sobre os assuntos que serão relatados no decorrer da presente reunião. Estando presentes os seguintes Conselheiros, Senhor Abel Pinto de Oliveira, Katia Miranda, Valdir de Miranda, Fernanda Souza, Silmarie de Fátima Prestes, Paulo Puquevis, Disnei Alves de Oliveira, Rosário Dias Monteiro e Elielton Matioski Pereira também estando presentes os Senhores Wellington Vitorio Fitz, Ronei Frisanco Isidoro, William Henrique Cavalheiro, Ezequiel Martins Gouveia, Alair Jair Boelitz e Senhoras Mariane Santini e Mayra Alice Santiago que assinaram a lista de presenças. Inicialmente o Senhor Abel Pinto de Oliveira, Presidente do Conselho, fez a abertura agradecendo a presença de todos e passou a palavra ao Senhor Valdir de Miranda que explicou aos Conselheiros a finalidade da reunião que será realizado novo sorteio para complementar a seleção e hierarquização das famílias. Repassou, então a palavra para o Senhor Paulo Puquevis que explicou que os nomes deste sorteio serão relacionados e enviados para a Caixa Econômica Federal, através do Sistema SITA para serem avaliados e fazerem parte do sorteio que comporá a relação dos beneficiários das 200 (duzentas) Unidades Habitacionais, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no local denominado Loteamento Portal do Sertão, divididos em dois empreendimentos denominados Residencial Araçá com cem unidades e Residencial Rouxinol com cem unidades. A situação atual das 441 (quatrocentos e quarenta e uma) famílias que foram sorteadas em 18 de dezembro de 2018, após verificação pela Caixa Econômica Federal, em que houve famílias que tinham renda superior a exigida pelo programa, que já tinham sido beneficiadas por outros programas habitacionais, pendências junto ao Cadastro de Inadimplência Nacional – CADIN e após o chamamento via telefone, procurados nas suas residências, chamados através da Rádio Jaguaraiava, Rádio Aliança FM de Jaguaraiava e Mural da Prefeitura Municipal de Jaguaraiava não compareceram para providenciar seus documentos e algumas famílias que não tinham a documentação completa ou desistiram do processo ficaram assim:

SITUAÇÃO EM 29/03/2019

GRUPO	1ª REMESSA	2ª REMESSA	3ª REMESSA	PENDENTES	TOTAL
DEFICIENTES	2	3	1	6	12
IDOSOS	2	0	8	2	12
GRUPO I	15	17	23	23	78
GRUPO II	8	19	32	19	78
GRUPO III	2	5	3	7	17
GRUPO 4.7 - DEMANDA ASSISTÊNCIA	2	4	10	9	25
TOTAL	31	48	77	66	222

A Caixa Econômica Federal, através da Representação Regional de Ponta Grossa solicitou-nos que temos que providenciar no mínimo 280 (duzentas e sessenta) famílias com a documentação aprovada para o sorteio das 200 (duzentas) famílias que serão contempladas com as Unidades Habitacionais, assim sendo, necessitamos sortear mais 101 (cento e uma) famílias distribuídas em 44 (quarenta e quatro) famílias do Grupo II e 57 (cinquenta e sete) famílias do Grupo III. Foi explicado que algumas famílias que foram sorteadas em 18 de dezembro de 2018 e que apresentaram a documentação completa e que tinham pessoas das famílias com alguma deficiência ou idosos na sua composição foram transferidos para estes grupos que tiveram famílias

desclassificadas ou ausentes. O Senhor Wellington Vitorio Fitz explicou que algumas famílias que foram selecionadas pela Demanda da Assistência Social tiveram que ser substituídas por motivos de desistência, renda superior ao programa, não compareceram para fazer o processo, já tinham sido contempladas e foram substituídas pelas seguintes famílias:

Substituição das Vagas

Antonio Wilson de Camargo
Irail Alves do Nascimento
Juliana do Carmo
Paulo Sérgio de Souza
Sara Bra Rodrigues

Na sequência foram distribuídas as folhas com os nomes e números das famílias que estão participando desta etapa do sorteio para a Senhora Katia Miranda, Alair Jair Boelitz, Valdir Miranda, Fernanda Souza, Mayra Alice Santiago, Mariane Santini, Abel Pinto de Oliveira, Disnei Alves de Oliveira e Renato Dias Monteiro, que ficaram responsáveis por anotar nas listagens os nomes das famílias sorteadas e a sequência do sorteio o Senhor Elielton Matioski Pereira ficou responsável por anotar na lista da sequência do sorteio o número sorteado, o Senhor William Henrique Cavalheiro, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal de Jaguaraiava, ficou responsável por realizar o sorteio dos números, o Senhor Paulo Puquevis ficou responsável por ler e mostrar aos presentes os números sorteados e o Senhor Wellington Vitorio Fitz e Silmarie Fátima Prestes ficaram responsáveis por anotar em lista de conferência os nomes das famílias sorteadas. Em seguida foram conferidos os números e colocados em uma caixa de papelão e iniciou-se o sorteio em que foram sorteadas 44 (quarenta e quatro) famílias pertencentes ao Grupo II e que são as seguintes:

GRUPO II

Nº PARA SORTEIO	NOME	SEQUÊNCIA DO SORTEIO
337	JURACI DE CASTRO MIRANDA	1
437	MARIA HELENA MARTINS TOLEDO	2
377	LILIAN PEREIRA	3
89	BRUNA GRAMINHO	4
272	IVONETE RIBEIRO DA SILVA	5
468	MARISA ALVES BARRETO	6
469	MARIZANGELA BUTKOSKI	7
130	DANIELA DE MATTOS METRING	8
257	IRINEIA CRISTINA DIAS DO AMARAL DOS SANTOS	9
259	ISA KARINA ZEZEZYCHI	10
434	MARIA ELZA DA CONCEIÇÃO	11
28	ALINE OLIVEIRA FERRAZ	12
82	ARISTEU FERREIRA	13
626	SUELEN CRISTINA RODRIGUES	14
358	KINAN DE CÁSSIA DOURADO	15
306	JOCIELE BRISOLA CAMARGO VIDAL	16

420	MARIA DA APARECIDA ROSA BUENO	17
613	SIMONE APARECIDA DOS SANTOS	18
516	PATRICIA ALVES DE SOUZA	19
643	TATIANE DE MIRANDA CAMARGO DOMINGUES	20
81	ARIELE CARINE DA SILVA AZEVEDO	21
158	EDINEIA DE FÁTIMA OLIVEIRA	22
551	ROSANGELA DA SILVA LAQUIMAN	23
502	NILO RIBEIRO DA SILVA	24
14	ALDRELAINE ALVES CORTES	25
229	FRANCISCA DE JESUS MOTTA FERREIRA	26
103	CATIA APARECIDA DA SILVA	27
498	NICOLLE DE MATTOS	28
234	GEOVANA APARECIDA SILVEIRA DE SOUZA	29
119	CRISTIANE DE ARAUJO	30
466	MARINILDA RICARDO DE OLIVEIRA	31
658	VALDEZERE APARECIDA DE SOUZA	32
332	JOSUEL RODRIGUES	33
163	EDUARDA DE LIMA	34
17	ALEX JÚNIOR TEIXEIRA	35
180	ELIANE ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO	36
583	SAMANTA DE ANAÍHA CARNEIRO	37
620	SIRLENE DE MELO	38
140	DENILZA DOS SANTOS OLIVEIRA	39
45	ANA LUCIA PEREIRA SANTANA	40
42	ANA CLAUDIA CLUXNEI	41
432	MARIA ELIZABETE DA SILVA	42
671	VERA LUCIA APARECIDA DE MIRANDA	43
297	JESUS ALVES DE OLIVEIRA	44

Dando prosseguimento foram sorteadas 57 (cinquenta e sete) famílias pertencentes ao Grupo III e que são as seguintes:

GRUPO III

Nº PARA SORTEIO	NOME	SEQUÊNCIA DO SORTEIO
312	GILBERTO DE ALMEIDA	1
301	FRANCISCO WOELLNER DE MEIRA	2
592	NELSON DE AGUIAR MARQUES	3
271	FABIANA DE LIMA DOS SANTOS	4
654	RENAN CORREIA SOARES	5
79	ANGELA MARIA BATRACK	6
601	ODAIR LINHARES	7
78	ANDREY BARROS MACHADO	8
734	TAMARA LIMA VALENTIM DE SOUZA	9
741	TELMO DE JESUS ALVES	10

428	JOSEITO BATISTA CHICUIC	11
105	BENVINDO JUSTIANO ALVES	12
448	SUELI SANTOS FADEL	13
184	DIEGO LARA	14
187	DIEVERSON DE OLIVEIRA	15
756	VALDEMIR DE MELO	16
663	ROBERTA	17
247	ERCIAS ALVES BARRETO	18
183	DIEGO JOHNNTAN DE OLIVEIRA CAMARGO	19
295	FLAVIA MENEZES MARTINS	20
415	JOSE ELIAS FERREIRA DE BARROS	21
284	FELIPE DE MELO OLIVEIRA SANTOS	22
106	BIANCA VIEIRA DOS SANTOS	23
519	MARCO ROGERIO SALDANHA	24
160	DALVA DE OLIVEIRA ROSA DA SILVA	25
159	DAIANE PADILHA DOS SANTOS	26
735	TANIA APARECIDA BARBOSA	27
629	PAULO HENRIQUE AIUB FANHA	28
241	ELTON DIONES DE OLIVEIRA	29
622	PATRICK DE OLIVEIRA E SILVA	30
541	MARIA HILMA BUENO	31
536	MARIA EMÍDIA MARQUES DOS SANTOS	32
728	SUELI DE MELO	33
232	ELIVELTON DARIU DA SILVA	34
531	MARIA DA LUZ DE ABREU	35
495	LUIZ CARLOS GEFUNE	36
76	ANDRE ALVES DE SOUZA	37
257	EURIDES DO PRADO	38
535	MARIA DIVANIR MACIEL	39
293	FLAVIA COSTA PASSOS	40
250	ERICSON SOBEJEIRO	41
49	AMANDA PONTES RAIMUNDO	42
249	ERICLES ALEIXO ABREU DOS SANTOS	43
693	ROSICLER SALDANHA	44
399	JOCELEI MARTINS BATISTA	45
382	JOÃO FRANCISCO DE QUADROS	46
287	FERNANDA DOMINGUES DA SILVA	47
538	MARIA FÁTIMA CARLOS	48
95	ARIADNE VIEIRA	49
348	IVANILDE FRAGOSO DE BARROS	50
796	WESLIN FLORENTINO DE BARROS	51
760	VALDINEI SALIM	52
500	LUIZ GUILHERME DUARTE	53



620	PATRICIA MACIEL DE ARAUJO	54
785	WALTER MATEUS ALMEIDA DA SILVA	55
378	JOAO CASTORINO DE LIMA	56
589	NATAN DE OLIVEIRA DOMINGUES DE ANDRADE	57

Após o sorteio o Senhor Paulo Puquevis agradeceu a acolhida do Conselho. O Senhor Abel Pinto de Oliveira agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião, da qual foi lavrado a presente ata, que vai por mim, Valdir de Miranda, Secretário, assinada e pelos demais abaixo:

VALDIR DE MIRANDA

ABEL PINTO DE OLIVEIRA

KÁTIA MIRANDA

FERNANDA DE SOUZA

WILLIAM HENRIQUE CAVALHEIRO

SILMARIE DE FÁTIMA PRESTES

PAULO PUQUEVIS

ELIELTON MATIOSKI PEREIRA

RENATO DIAS MONTEIRO

MAYRA ALICE SANTIAGO

WELLINGTON VITORIO FITZ

MARIANE SANTINI

RONEI FRISANCO LIDORO

DISNEI ALVES DE OLIVEIRA

ALAOR JAIR BOELTZ

EZEQUEL MARTINS GOUVEIA



CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Modalidade: Processo dispensa Nº 8/2019

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ

Contratada:	Valor R\$	Valor R\$ por extensão	Condições de pagamento	Lote
LEONARDO NUNES DA SILVA - ME CNPJ 08.117.512/0001-44 RUA PREF. ALDO SAMPAIO RIBAS, Jaguaraiá-PR CEP 84200-000	1.200,00	Um Mil e Duzentos Reais	MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL	001

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO DO PRÉDIO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, QUE PERFAZ UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 1700M2, INCLUSIVE SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE 2500 LITROS.

Valor Global: R\$ 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais)

Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	11	01.001.01.031.0001.2001	1	3.3.90.39.99.99	Do Exercício

Jaguaraiá, em 10/05/2019.

ADILSON PASSOS FÉLIX
Vereador-Presidente

*O original encontra-se assinado.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fundamentado no art. 24, inciso II, da Lei de Licitações, RATIFICO o Processo dispensa nº 8/2019 para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO DO PRÉDIO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, QUE PERFAZ UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 1700M2, INCLUSIVE SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE 2500 LITROS, conforme orçamento e documentação anexa.

Empresa: LEONARDO NUNES DA SILVA - ME - CNPJ 08.117.512/0001-44

RUA PREF. ALDO SAMPAIO RIBAS, Jaguaraiá-PR - CEP 84200-000

Valor Global: R\$ 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais)

Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	11	01.001.01.031.0001.2001	1	3.3.90.39.99.99	Do Exercício

Data: 10/05/2019

ADILSON PASSOS FÉLIX
Vereador-Presidente

*O original encontra-se assinado.